



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

66

2.	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 01 / 04 / 1997
C	Agl.
Rubrica	

Processo : 10168.001277/96-43

Sessão : 30 de agosto de 1996

Acórdão : 202-08.613

Recurso : 00.561

Recorrente : BANCO CENTRAL DO BRASIL

Interessada : Veneza Veículos Ltda.

NORMAS PROCESSUAIS - VALOR DE ALÇADA. Para que seja admitido o recurso necessário, a lei processual (art. 34, I, Dec. 70.235/72 c/ alterações introduzidas pela Lei n. 8.748/93) impõe seja obedecido o valor de alçada. Inexistindo tal informação nos autos, assim como recorrente (BACEN) afirma não ter sido a Administradora (consórcio) sofrido a penalização, **não se conhece do recurso de ofício, por não satisfazer pressuposto de admissibilidade.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
BANCO CENTRAL DO BRASIL

ACORDAM os membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso de ofício, por não satisfeito o pressuposto de admissibilidade.**

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1996

José Cabral Garofano
**Vice-Presidente no exercício da Presidência e
Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Oswaldo Tancredo de Oliveira, José de Almeida Coelho, Tarásio Campelo Borges, Antonio Sinhiti Myasava e Luiz José de Souza (Suplente).

fclb/hr-mas



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

67

Processo : 10168.001277/96-43

Acórdão : 202-08.613

Recurso : 00.561

Recorrente : BANCO CENTRAL DO BRASIL

RELATÓRIO

Este recurso voluntário já constou de pauta da sessão de 13.06.96, oportunidade em que se decidiu converter o julgamento do apelo em diligência junto ao BACEN, para o mesmo se manifestasse sobre o conteúdo da Diligência n. 202-01.789 (fls. 85/87), a qual leio aos Srs. Conselheiros para lembrança da matéria sob exame.

Às fls. 91 se pronunciou o diligenciante, donde destaco:

"... cabe consignar que os documentos que deram ensejo ao Auto de Infração (fls.01) foram os recibos com timbre da Veneza Veículos Ltda. (anexos de fls. 8/9). Não há nos mesmos e, da mesma forma, não foi noticiado pela denúncia (fls.2/3) de que o "Grupo Entre Amigos" houvesse qualquer cobrança a título de taxa ou despesa de administração. Por se tratar de "Grupo Informal", mesmo que administrado pela Veneza, não vamos encontrar registros contábeis ou arquivos sobre o mesmo. Nesse sentido, s.m.j., entendo que não é possível determinar a base de cálculo para efeito de aplicação da penalidade prevista no artigo 12, Item II, Letra "a" da Lei 5.768/71. Com estas considerações, propomos a remessa do processo à REFIS/II"

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10168.001277/96-43

Acórdão : 202-08.613

VOTO DO CONSELHEIRO - RELATOR JOSÉ CABRAL GAROFANO

Tendo em vista que a diligência solicitada por este Colegiado foi para que o BACEN se pronunciasse sobre valor da penalidade imposta à Administradora, visando a verificar se o recurso necessário atendia ao pressuposto de admissibilidade, em função do valor de alçada, para julgamento em segunda instância, e as informações prestadas às fls. 91 --- que foram transcritas no relatório deste julgado --- , sinto que não restou matéria a ser apreciada no apelo.

Por inexistir valor da multa pecuniária imputada à Administradora e tal informação é ônus processual do recorrente, fica prejudicada a admissibilidade do recurso de ofício, por não atender ao disposto no artigo 34, inciso I, do Decreto n. 70.235/72, com alteração introduzida pela Lei n. 8.748/83.

Esta razão me leva a não tomar conhecimento do recurso de ofício, por não satisfazer ao pressuposto de admissibilidade, como impõe a norma processual.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1996


JOHÉ CABRAL GAROFANO